

# MULHERES NA POLÍTICA EM ANGOLA

WOMEN IN POLITICS IN ANGOLA

\*Cristiano José dos Santos Monteiro

Recebido em: 17/09/2020

Aceito em: 08/10/2021

## Resumo

Este texto objetiva compreender a participação política das mulheres na sociedade angolana. Assim, traz-se breves subsídios da participação das mulheres na política, correspondendo ao período de luta anticolonial e atual, mais precisamente até ao ano de 2017, isso por se recorrer ao recorte teórico de Pereira (2008), Fila e Lopes (2018) e Domingos (2018), que sintetizando estes autores as mulheres estão em menor número nesta área. Neste sentido, o texto demonstra as dinâmicas de como decorreu este processo, mencionando acontecimentos perpetuados pelas mulheres que permitiram o surgimento de ações, por parte de instituições locais e internacionais visando apelar ao respeito dos direitos das mulheres e sua inserção ativa na sociedade. Por outro lado, discorre-se alguns fatores sociais que têm inviabilizado o engajamento político da mulher, bem como as desigualdades sofridas pelas mulheres das zonas rurais. No entanto, a reflexão se centra na descrição de como está a ocorrer, o referido engajamento e a relevância deste processo em Angola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres; Participação Política; Angola.

## Abstract

This text aims to understand the political participation of women in Angolan society. Thus, it brings brief subsidies for the participation of women in politics, corresponding to the period of anti-colonial and current struggle, more precisely until the year 2017, this because of the theoretical approach of Pereira (2008), Fila and Lopes (2018) and Domingos (2018), which synthesizing these authors, women are less in this area. In this sense, the text demonstrates the dynamics of how this process took place, mentioning events perpetuated by women that allowed the emergence of actions, by local and international institutions aiming to appeal to the respect of women's rights and their active insertion in society. On the other hand, it discusses some social factors that have made women's political engagement unfeasible, as well as the inequalities suffered by women in rural areas. However, the reflection focuses on the description of how it is occurring, the said engagement and the relevance of this process in Angola.

**KEY WORDS:** Women; Political Participation; Angola.

## 1 Introdução

A participação da mulher na sociedade, apresenta-se como uma preocupação diante dos estudos de gênero.

Por termos uma realidade, onde existe uma diferença considerável na ocupação de lugares no domínio político,

econômico e em outros organismos sociais, entre homens e mulheres, podendo se privilegiar majoritariamente a figura masculina.

Todavia, este ensaio surge diante desta preocupação trazendo como foco a realidade de Angola, que acaba por se assemelhar a esta constatação. Quanto à pesquisa, o ensaio é de caráter qualitativo sendo utilizado o método bibliográfico, que permitiu a construção teórica e por se adequar ao objetivo proposto, que engloba a compreensão da participação política das mulheres em Angola. Como nos diz, Marconi e Lakatos (2002):

A finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.71).

No que se refere a estrutura, o ensaio está constituído por dois subtemas, onde no primeiro se apresenta contextualização da participação feminina na política em Angola, olhando para perspectiva histórica e para uma abordagem da participação da mulher, trazendo como base as medidas e alcances protagonizados por organismos sociais. Já no segundo subtema, abordar-se-á os aspectos do processo de participação, para se entender por meio de dados aprofundados como está a decorrer esse processo na sociedade angolana.

## 2 Contextualização da participação feminina na política em Angola

Partindo de uma perspectiva histórica Rodrigues (2004), argumenta que um marco principal na história

dos movimentos de mulheres em todo o mundo foi o ano de 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher. Neste ano realizou-se a “1ª Conferência Mundial sobre a Mulher”, sendo declarada a Década da Mulher (1975-1984). Assim, foi a partir desta iniciativa que significou o reconhecimento de que as mulheres vivenciavam situações de desigualdades e de discriminações. Surge por parte dos governos de todo o mundo, o compromisso de assumirem e adotar medidas visando mudar esta situação.

No contexto do continente africano, Silva (2011, p.27), destaca a urbanização como um elemento, que tem gerado mudanças nas sociedades contribuindo para a construção de uma nova visão com a capacidade da mulher de participar socialmente e gerar rendimentos. Com o passar do tempo, o empoderamento da mulher africana foi evidenciado de duas maneiras, a primeira foi quando elas obtiveram maior voz nas discussões de tomadas de decisão aos aspetos domésticos. Já a segunda forma, foi quando as mulheres deixaram de lado o medo e passaram a denunciar as violências sofridas nos lares (SARDENBERG, 2009 apud FILA e LOPES, 2018, n.p).

Com o alcance da independência em Angola, isso no ano de 1975, abriu-se a possibilidade para se construir uma nação inclusiva. Todavia, os esforços para a realização desta inclusão acabaram, por não se concretizar de forma efetiva.

Essa situação, ocorreu devido a fraca participação da população no espaço público que, não permitiu para uma politização dos diversos problemas que afetam a realidade social. Assim, a inclusão possibilitaria a resolução de tal situação, onde estariam presentes várias



vozes de realidades sociais diferentes. Outro passo a seguir, consiste no combate da pobreza e as desigualdades sociais, que traz um distanciamento de angolanos (as) em questões relacionadas à política e governação, por não encontrarem espaço para reivindicarem seus direitos elementares (educação, saúde e saneamento básico, emprego etc.), levando-os para situação de subalternidade (DOMINGOS, 2018, p.168-169).

Neste sentido, a situação da inclusão social passaria primeiro pela melhoria das condições de vida das populações, o que gera mais rendimentos para a sociedade. De maneira geral, as razões se deram devido às várias etapas que o país enfrentou, devido à instabilidade política, desde a época anticolonial e pós-independência, cabe aqui mencionar particularmente como se perpetuou o papel da mulher nestes períodos.

No período que corresponde a luta anticolonial, constata-se que o papel da mulher angolana não foi suficientemente reconhecido. Seguindo-se com o mesmo cenário, no contexto pós-independência onde as mulheres de forma ativa, não fizeram parte do processo de negociações do cessar-fogo da guerra civil angolana. Essa exclusão das mulheres, é muito comum nos processos de paz em África. Conforme, dados do Relatório Africano de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2016, p. 7 apud DOMINGOS, p.170), “historicamente, a participação formal das mulheres nestes processos” se verifica com certa limitação, independentemente de se acentuar a realização de acordos de paz. Concomitantemente, no período de paz militar em Angola, a inclusão e participação das mulheres não deu grandes avanços, com uma presença de mulheres ainda reduzida nos órgãos de decisão do país[1].

Fatos, demonstram para uma inferioridade de mulheres na ocupação de cargos políticos. No ano de 2008, por exemplo, dos 29 ministros de estado, as mulheres ocupavam três pastas e dos 45 vice-ministros, apenas ocupavam cinco mulheres. No Parlamento, dos 220 deputados, só havia a presença de 36 mulheres. Quanto à administração pública, entre os 18 governadores provinciais e os 37 vice-governadores, somente tinha uma mulher. No poder judiciário, as mulheres ocupavam apenas 13,3% dos cargos e na carreira diplomática a desigualdade era a mesma, dos 72 embaixadores apenas duas mulheres e dos 12 cônsules, duas mulheres (PEREIRA, 2008, p. 7-8).

Nos anos posteriores, essa redução das mulheres continuou. Assim, em 2010 dos 31 ministros, havia apenas 9 mulheres, bem como dos 36 vice-ministros, somente eram 7 mulheres. Já na área da administração local, dos 18 governadores provinciais, tinha apenas 3 mulheres e dos 40 vice-governadores provinciais, 9 mulheres ocuparam este cargo. Por fim, dos 160 administradores municipais, somente eram 26 mulheres nesta categoria. No ano de 2014, a desigualdade continuou sendo a mesma, com um número de 41 ministros, somente 8 eram mulheres, dos 61 secretários de estado, havia 10 mulheres. Logo, na administração local, dos 18 governadores provinciais, somente eram 2 mulheres e dos 41 vice-governadores provinciais, as mulheres ocupavam 8 lugares (PAANE, 2015, p.20-21).

Com os resultados obtidos nas eleições gerais de agosto de 2017, que tiveram como vencedor o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e seu candidato João Lourenço, que no seu período de campanha eleitoral defendeu um maior equilíbrio de gênero nas esferas de

decisão, bem como maior atenção às questões que afetam as mulheres. Porém, a prática revelou-se diferente do discurso. A presença de mulheres nos espaços de decisão continua baixa. Na legislatura de 2017, dos 220 deputados, apenas 60 eram mulheres. Dos 30 ministros, 11 eram mulheres, dos 18 governadores provinciais, somente tinha uma mulher (DOMINGOS, 2018, p.172).

Podemos observar que, a participação das mulheres na política sempre se demonstrou em números reduzidos diante dos anos aqui mencionados. Apesar da formação de um novo governo, esses dados provam que ainda se tinha uma continuidade, não tendo uma mudança considerável quanto à ocupação das mulheres nos cargos políticos. É necessário frisar que destes números, estão incluídas mulheres que têm um nível de escolaridade e econômico superior aos das mulheres rurais. Fato, que se pode notabilizar com inserção de um programa na Televisão Pública de Angola (TPA), intitulado “Política no Feminino”[2], este composto por uma apresentadora e convidadas, ou seja, feito por um painel de mulheres, onde toda sexta-feira se procura fazer uma analogia dos temas, que marcam a semana a nível político e social trazendo para o debate mulheres de vários setores sociais, excetuando àquelas de estratos sociais mais baixos.

Assim, verifica-se a ausência de mulheres que possuem um nível de vida precário, que em determinado momento são referenciadas por estas mulheres convidadas no programa. Ademais, isso acontece ainda devido à escassez de medidas por parte do Estado, que possam de forma geral auxiliar na resolução das desigualdades e emancipação das mulheres, como afirma Kitombe:

Entendemos que as mulheres vulnerabilizadas estão em

todas as províncias, nos vários municípios; e é a partir deste espaço geográfico que a demanda se impõe, porque é lá onde estão as mulheres zungueiras, camponesas, e todas as outras exercem suas atividades. Portanto, necessitamos de uma governação local capaz de perceber as questões sensíveis ao gênero e intervir sobre elas (KITOMBE, 2017, n.p).

Apesar deste panorama, é primordial reconhecer que foi sem dúvidas a proclamação da independência nacional e a adesão e adoção de uma série de mecanismos internacionais, que abriu novas perspectivas para as mulheres em Angola, que ainda que seu reconhecimento não seja descrito na generalidade, sempre se destacaram ao lado dos homens quer no período da luta de libertação nacional, quer na luta pela democracia e defesa dos direitos da mulher. Prova desta situação, foram as leis aprovadas no período pós-independência sem qualquer espectro discriminatório (VALENTE, 2001, p.7).

Entretanto, a concretização da participação feminina na sociedade angolana, é uma situação que gera mudança, uma vez que no país as mulheres consistem como a maioria[3] e a sua capacidade de gerar rendimentos se efetiva no cotidiano, basta ver a dimensão de mulheres que realizam o comércio informal. Neste sentido, requer por parte do Estado continuar a fomentar o debate para igualdade de gênero, criando mais oportunidades que visam garantir a sustentabilidade dos mais vulneráveis. Partindo como prioridades, o investimento na educação e na saúde que acabam por ser as bases para um desenvolvimento social. A inclusão das mulheres demonstra também o sentido democrático de qualquer governo, pela razão de que todos devem beneficiar das oportunidades e

potencialidades de um território.

### 3 Aspectos do processo de participação

Com relação a participação da mulher na sociedade, torna-se imprescindível destacar que o sistema de parentesco matrilinear sempre prevaleceu, até mesmo durante o período colonial em Angola, no qual a maioria dos grupos étnico linguísticos transmitiam a descendência por via materna, a posição da mulher era (é) tradicional, espiritual e socialmente mais forte. Porém, a política especial de assimilação imposta pelo colonialismo repercute-se hoje nas elites políticas e na sua identificação com valores ocidentais que em combinação com a ideologia marxista leninista conduziu, conseqüentemente, ao repúdio dos valores tradicionais não cristãos (VALENTE, 2001, p.7). Por isso, um aspeto que segmentou a participação da mulher em Angola, tem a ver com a criação de uma instituição que pudesse representar as mulheres, pressionando para o cumprimento dos direitos das mulheres e redução das desigualdades. Conforme, comentam Fila e Lopes:

Quando se fala em direitos da mulher na sociedade angolana o primeiro pensamento que vem em mente é a Organização da Mulher Angolana (OMA), a organização foi criada para ajudar na conquista da independência do país, após a independência conquistada, o segundo plano da organização era salvaguardar os interesses da mulher na sociedade angolana e combater qualquer tipo de discriminação da mulher, que na altura não tinha qualquer direito, porque o ensinamento deixado pelo colonialismo era que a mulher pertencia ao pai e depois de casada passaria a pertencer ao esposo e esse ensinamento passou a fazer parte também como um dos aspetos culturais da sociedade angolana, desse jeito a mulher não tinha direitos quaisquer. Por isso surgiu a organização, no princípio a luta era acabar com lema de

que a mulher só servia para estar na cozinha e tiveram sucesso tanto que a mulher passou a adotar profissões como enfermeira e professora (FILA; LOPES, 2018).

Ainda para estas duas autoras, a centralização de poder nos cargos na sociedade angolana, quer seja na esfera política, econômica e social, ainda é dominada especialmente por homens. Mas, a abertura de espaços para o sexo feminino tem sido constatada. A inserção da mulher angolana nos cargos de liderança tem sido discutida em reuniões internacionais, onde são questionados os direitos da mulher à nível mundial, com o objetivo de ver cumprido a meta estabelecida de 40% de mulheres nos cargos de decisão no país. Esta discussão internacional, tem surtido efeito porque o número de cargos e vagas de trabalho destinado ao sexo feminino tem aumentado em vários setores que mexem com economia e o desenvolvimento do país (FILA; LOPES, 2018).

Segundo Domingos (2018, p.172-173), não obstante ao cenário da pouca participação das mulheres, nos anos anteriores verificaram-se em Angola, importantes avanços, do ponto de vista político e legal para a emancipação das mulheres e para a igualdade de gênero. Angola ratificou e elaborou vários documentos, com objetivo de ampliar a cidadania e participação das mulheres. Estas medidas incluem, a nível nacional, a Constituição da República, que consagra o princípio da igualdade no seu (artigo 23º), e garante no (artigo 52º) o direito de participação na vida pública e política. A Política Nacional para Igualdade e Equidade de Gênero, elaborada em 2013 que no seu ponto 41, procura promover a igualdade de gênero para homens e mulheres, estabelecendo oportunidades, direitos



e responsabilidades iguais em todos os domínios da vida econômica, política e social. Seguindo-se com a (lei nº 25/11), que é considerada como a lei contra a violência doméstica, sendo uma outra importante conquista para a igualdade de gênero em Angola.

Por outro lado, existe a lei dos partidos políticos (lei nº 2/2005) que obriga todos os partidos políticos a observar a inclusão nos seus estatutos, bem como o princípio da igualdade de gênero e representação por sexo, que não deve ser inferior a 30% (Relatório sobre os ODM, 2015, p. 51 apud DOMINGOS, 2018, p.173).

Para além destas iniciativas, existe o programa de apoio ao empreendedorismo gerida pela Federação de Mulheres Empresárias de Angola (FMEA), e as ações de formação desenvolvidas por organizações partidárias como a Organização da Mulher Angolana (OMA), que é a organização feminina do partido MPLA, e também a Liga da Mulher Angolana (LIMA), esta que pertence ao partido União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) [4].

No contexto regional e internacional, Angola é signatária e ratificou vários documentos, assumindo o compromisso de um conjunto de medidas em prol dos direitos e da emancipação das mulheres. Como por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979); o Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Gênero e Desenvolvimento; o Decénio da Mulher Africana (2010-2020); a Plataforma de Ação de Beijing (1995); o Plano de Ação do Cairo (1994); a Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, e outros documentos (DOMINGOS, 2018,

p.173).

Para culminar Valente (2001), ressalta que a organização das mulheres em termos da defesa dos seus direitos e objetivos têm vindo a crescer consideravelmente, o que se traduz na constituição de Organizações Não Governamentais (ONG's) a trabalhar em diversos domínios dos quais se destacam a paz, com particular destaque para a Rede Mulher Angola que engloba mulheres de diversos quadrantes políticos, religiões, atividades laborais entre outras. O Ministério da Família e Promoção da Mulher constituiu igualmente uma conquista das mulheres para a resolução dos seus problemas. Logo, compete ao governo a atribuição de recursos financeiros suficientes, incluindo os necessários para levar a cabo análises de impacto do gênero. Para que as organizações não governamentais, o setor privado e outras instituições, estejam encorajadas no sentido de mobilizarem recursos adicionais.

## 4 Considerações Finais

As mulheres na política em Angola, sempre estiveram em menor número considerando a questão de como foi construída a sociedade, isso pelos acontecimentos históricos que ocorreram no país. Deste modo, cabe dar continuidade ao projeto de emancipar a mulher na esfera social, banindo os tabus que perduram numa sociedade patriarcal. Entretanto, o Estado tem a responsabilidade de viabilizar os direitos do cidadão. Assim, urge continuar a criar medidas eficazes que possam conceder os serviços sociais às mulheres. Olhando para todas realidades e contexto territorial angolano, uma vez que a mulher rural ainda carece dos mesmos serviços.

A ocupação de cargos na estrutura governamental



tem sido propiciada pelo Estado, cabe associar esses esforços com outros organismos quer público ou privado, consultando as mulheres na decisão dos assuntos do país, isso dá credibilidade para melhorar as condições da mulher enquanto participe do desenvolvimento quer econômico, político e social de Angola. Lembrando que estes estudos, voltados a mulher podem enriquecer a problemática dos estudos de gênero e auxiliar o governo na resolução das desigualdades.

## 5 Notas

\*Graduando em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

E-mail: cristianomonteirocris10@gmail.com.

[1] (idem, p.170-171).

[2] Com a subida de João Lourenço ao poder, em 2017, contactou-se mudanças em determinados setores da sociedade, e a mídia não ficou de parte. Assim, no ano a seguir foi incluído este programa na TPA, com um espaço mais aberto para opiniões, particularmente de mulheres. Além da análise dos temas marcantes na sociedade civil, surgem também por parte deste programa, denúncias relacionadas às mulheres e um aprofundamento das questões políticas.

[3] De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (Angola), a projeção da estatística da população angolana, apresenta uma maioria por parte das mulheres desde 2016. Cf. Instituto Nacional de Estatística (Angola). Disponível em: <<https://www.ine.gov.ao/inicio/>

estatisticas> Acesso em: 2 fev. 2021.

[4] Cf. Pereira (2008, p.5).

## 6 Referências

DOMINGOS, Willi Cardoso. **Vozes de mulheres: gênero e cidadania em Angola**. Revista Espacialidades (online), v. 13, n.1, p-158-181, 14 out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17607/12684>. Acesso em: 4 mar. 2021.

FILA, Epifania Dinora Nunes; LOPES, Gisele Silveira Coelho. **Empoderamento feminino angolano: o pensamento das mulheres em cargos de poder**. In: **II CONGRESSO SUL CATARINENSE DE ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR, 2.**, 2018, Sul Catarinense. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/admcomex/article/viewFile/4482/4100>. Acesso em: 2 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (ANGOLA). **Estatísticas**. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/inicio/estatisticas>. Acesso em: 2 fev. 2021.

KITOMBE, Cecília. **O Retrocesso na Luta pela Justiça de Gênero na Nomeação do Novo Executivo e na Formação da Nova Legislatuara**. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2017/10/3/77o6khjrx7o8xey06whvkc15898ird>. Acesso em: 2 fev. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61219682/Lakatos\\_e\\_Marconi\\_-\\_Tecnicas\\_de\\_pesquisa20191114-31612-di2isl.pdf?1573775085=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DM\\_ARINA\\_DE\\_ANDR\\_AD\\_E\\_MARCONI\\_EVA\\_M\\_ARIA.pdf&Expires=1612281239&Signature=KhXhZQ~fcS2c7-CVWkBXti3SRgP-bDI08vsoPi4k5Wp50Nw3zS15JOaRrry7Rrbqzx~h0~c~y6OAxIUSy3DAjU5s0ffGtnyKpYhInxKYFahw82rVVyKpQ87zvxajBiY0kc-ZVjNRC2vcBZS01N4~uyHH-UojWVkJwk1d0hKMWrVmBBwPVyqoxexNZFy-A-iQ2NDuQDpRpfFUHLHarC2dqJAJ7fT7M0AwbPdECn7x1Z6up1fr30ZsbcWAliWJCUOgop8n7ON3TYM3LvScr9HktNm2ywFuFovHWDbjZpYG-g015rZHku~R6hPBcIROShti~BZ516YaVNngkZAW1r6rUw\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61219682/Lakatos_e_Marconi_-_Tecnicas_de_pesquisa20191114-31612-di2isl.pdf?1573775085=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DM_ARINA_DE_ANDR_AD_E_MARCONI_EVA_M_ARIA.pdf&Expires=1612281239&Signature=KhXhZQ~fcS2c7-CVWkBXti3SRgP-bDI08vsoPi4k5Wp50Nw3zS15JOaRrry7Rrbqzx~h0~c~y6OAxIUSy3DAjU5s0ffGtnyKpYhInxKYFahw82rVVyKpQ87zvxajBiY0kc-ZVjNRC2vcBZS01N4~uyHH-UojWVkJwk1d0hKMWrVmBBwPVyqoxexNZFy-A-iQ2NDuQDpRpfFUHLHarC2dqJAJ7fT7M0AwbPdECn7x1Z6up1fr30ZsbcWAliWJCUOgop8n7ON3TYM3LvScr9HktNm2ywFuFovHWDbjZpYG-g015rZHku~R6hPBcIROShti~BZ516YaVNngkZAW1r6rUw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 1 fev. 2021.

PAANE (Programa de Apoio aos Actores não Estatais). **Diagnóstico de género de Angola, 2015**. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8701/3/DGA%20PT%20Final%207.15.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021.

PEREIRA, Aline Afonso. **Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres**. In: 12ª ASSEMBLEIA GERAL - GOVERNAR O ESPAÇO PÚBLICO AFRICANO, 2008, Yaoundé. CODESRIA, 2008. Disponível em: [https://www.codesria.org/IMG/pdf/Aline\\_Afonso\\_Pereira.pdf](https://www.codesria.org/IMG/pdf/Aline_Afonso_Pereira.pdf). Acesso em: 4 mar. 2021.

RODRIGUES, A. Participação Política das Mulheres e Gestão em Política de Género. In: CONFERÊNCIA DISTRITAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2004, Brasília. Disponível em: [https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/participacao\\_politica\\_das\\_m.pdf/view](https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/politica-e-genero/participacao_politica_das_m.pdf/view). Acesso em: 10 dez. 2019.

SILVA, Eugénio Alves da. **Tradição e identidade de género em Angola: ser mulher no mundo rural**. Revista Angolana de Sociologia, n. 8, p. 21-24, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/508>. Acesso em: 29 dez.2019.

VALENTE, Maria Idalina de Oliveira. **A situação da mulher em Angola**, 2001. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/valente.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.